

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GABRIEL PASSOS DE SOUZA SANTOS

**PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES: UM ESTUDO SOBRE CLUBES DE
FUTEBOL NO BRASIL**

RIO DE JANEIRO

2023

GABRIEL PASSOS DE SOUZA SANTOS

**PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES: UM ESTUDO SOBRE CLUBES DE
FUTEBOL NO BRASIL**

Monografia apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Contábeis à Faculdade de Administração e
Ciências Contábeis da Universidade Federal do
Rio de Janeiro (FACC/UFRJ).

Orientador (a): Prof. Dr. Thiago Abreu Costa

RIO DE JANEIRO

2023

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO	5
2.1. NORMA CONTÁBIL	5
2.2. NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL DAS ENTIDADES DESPORTIVAS	7
2.3. ESTUDOS ANTERIORES	8
3. METODOLOGIA	11
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS.....	17

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o futebol brasileiro tem movimentado mais dinheiro a cada temporada, em 2021 as receitas totais dos clubes que compõe a série A somadas, segundo relatório elaborado pela consultoria Convocados e a XP Investimentos, chegaram ao valor de R\$ 6,55 bilhões. Porém, junto com esse grande faturamento, os clubes da série A também possuem um endividamento de R\$ 9,17 bilhões, situação ocasionada, muitas vezes, pelos clubes se depararem com despesas maiores do que as previstas em seus orçamentos.

Os clubes de futebol, mesmo que em sua maioria sejam associações sem fins lucrativos, devem apresentar suas demonstrações financeiras juntamente com os respectivos relatórios de auditoria, nos termos da lei e de acordo com os padrões e critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, conforme estabelecido pela Lei n. 9.615/98 (Lei Pelé). Dentre essas obrigações está o pronunciamento técnico CPC 25 que destaca as informações sobre passivo contingente que devem estar contidas nas Notas Explicativas (NE) dos clubes.

Destaque-se que nem todos os passivos ocorrem de forma voluntária ou são decorrentes do curso natural das operações do clube. Os diversos processos jurídicos enfrentados pelos clubes, sejam eles de natureza tributária, previdenciária, trabalhista ou cível, devem ser classificados como provisões ou passivos contingentes de acordo com a sua chance de ocorrer. Como os clubes de futebol brasileiros são conhecidos por seu alto endividamento, atraso de vencimentos a jogadores e técnicos e disputas judiciais, pressupõe-se que essas informações estejam presentes em suas Demonstrações Financeiras, como determinado pelo CPC 25.

A peculiaridade na mensuração, reconhecimento e divulgação correta das provisões e passivos contingentes resultou na elaboração do CPC 25 no Brasil. Neste contexto, esta pesquisa pretende responder a seguinte questão: como os clubes de futebol brasileiro têm evidenciado seus itens sobre provisões e passivos contingentes à luz do CPC 25? Nesta ótica, o objetivo é verificar como os clubes de futebol brasileiro têm evidenciado seus itens sobre provisões e observar se essa mensuração vem evoluindo com o tempo. Além disso, buscar se é possível correlacionar variáveis dos clubes como desempenho esportivo, nível de endividamento, entre outros, com o nível de mensuração.

O estudo será realizado com os dados coletados das Demonstrações Financeiras dos 23 clubes melhores ranqueados no Ranking da CBF de 2023, a escolha da amostra deu-se pelo fato que clubes que tradicionalmente disputam as principais competições no país, possuem um

patrimônio superior aos demais e, por estarem em maior evidência, tendem a observar a legislação e divulgarem seus dados com um nível maior de qualidade.

Visto que trabalhos anteriores constataam que o reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes divulgados pelos clubes vêm apresentando limitações, este trabalho torna-se relevante, pois busca analisar o que explica os montantes de passivos contingentes dos clubes através de variáveis quantitativas, avaliando se essa mensuração tem evoluído com o tempo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. NORMA CONTÁBIL

De acordo com o CPC 25, que trata sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, as empresas devem divulgar as informações relevantes sobre provisões e passivos contingentes que possam afetar a tomada de decisões dos usuários das demonstrações contábeis. Dentre as entidades contidas neste pronunciamento estão incluídos os clubes de futebol. Visto que:

Este pronunciamento deve ser aplicado por todas as entidades na contabilização de provisões, e de passivos e ativos contingentes, exceto:

- (a) os que resultem de contratos a executar, a menos que o contrato seja oneroso; e
- (b) os cobertos por outro pronunciamento. (CPC 25, 2009)

Essas informações devem incluir a natureza, a estimativa financeira da possível obrigação ou perda, o status do assunto e, quando possível, uma estimativa do prazo em que a obrigação ou perda poderá ocorrer. Além disso, as empresas devem avaliar periodicamente a necessidade de ajustar as provisões e passivos contingentes e divulgar qualquer mudança significativa nessas estimativas.

Esse trabalho tem como base o pronunciamento técnico CPC 25, cujo objetivo é estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões, passivos e ativos contingentes. Além disso, que seja divulgada informação suficiente

nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

Esse pronunciamento define as provisões como um passivo de prazo ou valor incerto, mas que precisam ser reconhecidas, pois são obrigações presentes, sendo provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros seja necessária para liquidar a obrigação. Dessa forma, presume-se que possa ser feita uma estimativa confiável.

O passivo contingente, entretanto, é definido como uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade; ou uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com confiabilidade.

A provisão deve ser reconhecida quando satisfizer 3 condições:

- A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação;
- Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Já o passivo contingente não deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial da entidade, porém é exigido pelo CPC 25 que seja divulgado em Nota Explicativa. A menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, nesse caso, não existe nenhuma obrigação de divulgação.

O seguinte quadro ilustrará que tipo de obrigação será gerada de acordo com a probabilidade da saída de recursos da entidade:

Quadro 1: Relação entre probabilidade de saídas de recursos e tipos de obrigação

PROBABILIDADE	SITUAÇÃO	TIPO DE OBRIGAÇÃO
Certa	Ocorrido	Passivo
Provável	Chance de ocorrer > Chance de não ocorrer	Provisão
Possível	Chance de não ocorrer > Chance de ocorrer	Passivo Contingente

Remota	Chance Remota	Nenhuma
--------	---------------	---------

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

2.2. NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL DAS ENTIDADES DESPORTIVAS

No Brasil, os clubes de futebol estão sujeitos a várias normas e exigências contábeis. De acordo com o artigo 46-A da Lei n. 9.615/98:

As ligas desportivas, as entidades de administração de desporto e as de prática desportiva envolvidas em qualquer competição de atletas profissionais, independentemente da forma jurídica adotada, ficam obrigadas a: elaborar suas demonstrações financeiras, separadamente por atividade econômica, de modo distinto das atividades recreativas e sociais, nos termos da lei e de acordo com os padrões e critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, e, após terem sido submetidas a auditoria independente, providenciar sua publicação, até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente, por período não inferior a 3 (três) meses, em sítio eletrônico próprio e da respectiva entidade de administração ou liga desportiva. (Lei 9.615/98, Art. 46-A, Inciso I)

Entre outras demonstrações contábeis exigidas pela Lei Pelé e pela NBC-ITG 2003, destacam-se:

1. Registro contábil: Os clubes devem manter um registro contábil completo e atualizado de suas operações financeiras, incluindo receitas, despesas, ativos e passivos. Os registros devem ser organizados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no país.
2. Balanço patrimonial: Os clubes devem elaborar um balanço patrimonial anualmente, que é um documento que lista todos os ativos e passivos do clube em uma determinada data. O balanço patrimonial deve ser apresentado em conformidade com as normas contábeis brasileiras e deve ser auditado por um contador registrado.
3. Demonstração de resultados: Os clubes devem elaborar uma demonstração de resultados anualmente, que é um documento que mostra todas as receitas e despesas do clube durante um determinado período. A demonstração de resultados deve ser apresentada em conformidade com as normas contábeis brasileiras e deve ser auditada por um contador registrado.

4. Publicação das demonstrações financeiras: Os clubes devem publicar suas demonstrações financeiras em um jornal de grande circulação e também em seus sites oficiais, dentro de 5 meses após o final do exercício fiscal.
5. Auditoria: Os clubes devem contratar um auditor independente registrado para auditar suas demonstrações financeiras anualmente.
6. Normas do CPC: Os clubes devem seguir as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são as normas contábeis brasileiras equivalentes às normas internacionais de contabilidade.

2.3. ESTUDOS ANTERIORES

Alguns estudos buscaram verificar como os clubes de futebol brasileiro têm evidenciado seus itens sobre provisões e passivos contingentes, observando se as diretrizes do CPC 25 e do ITG 2003 (R1) estão sendo respeitadas (LUCENA; CORREIA, 2019) e analisando a evidenciação de provisões e passivos contingentes dos clubes de futebol do Brasil, de acordo com o requerido pelo CPC 25 (SOUZA, 2019).

De acordo com o estudo de Lucena e Correia (2019), que analisa relatórios financeiros e não financeiros no período entre 2014 e 2018, conclui-se que os resultados apontam desconformidade na qualidade de evidenciação das provisões e contingências passivas para a maioria das entidades. No entanto, percebe-se que a média anual de conformidade e qualidade da evidenciação nos clubes analisados é crescente.

Já no estudo de Souza (2019), cujo período de análise compreendeu os anos de 2013 a 2018, os resultados obtidos demonstraram que os clubes de futebol do Brasil não evidenciam todos os itens relacionados a provisões e passivos contingentes conforme exigido pelo CPC 25. Ressalta-se ainda que os itens de maior divulgação foram o valor contábil no início e no final do período e uma breve descrição da natureza da obrigação. Entre os menos divulgados encontram-se a indicação de incertezas sobre o valor e o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo. No entanto, com o passar dos anos, foi possível perceber um aumento nas evidenciações destes itens.

Ambos os estudos utilizaram um *checklist* com base nas exigências impostas pelo CPC 25, porém, ao analisar itens diferentes, cada pesquisa encontrou resultados divergentes em relação aos clubes que mais evidenciam informações, mesmo tendo analisado períodos próximos. No trabalho de Lucena e Correia, Flamengo e Santos foram os clubes que obtiveram a maior média de aderência ao CPC 25 no período analisado, enquanto que no estudo de Souza, o clube que mais evidenciou provisões e passivos contingentes foi o Botafogo. Além disso, ambos trabalhos observaram que, nos anos analisados, nenhum clube alcançou a pontuação máxima esperada, apontando que as entidades esportivas não aderiram ao CPC 25 em sua plenitude.

Já no contexto dos passivos ambientais, a pesquisa objetivou analisar o impacto do CPC 25 no reconhecimento e evidenciação das provisões contingentes ambientais e seus reflexos no endividamento das empresas estudadas (ALMEIDA; BATISTA, 2016). Por um lado, a maior divulgação de informações sobre provisões contingentes ambientais, pode ajudar as empresas a gerenciar melhor seus riscos ambientais e a tomar decisões mais informadas sobre investimentos e financiamentos. Além disso, a transparência na divulgação dessas informações pode aumentar a confiança dos investidores e outros stakeholders nas empresas, o que pode ter um impacto positivo na reputação e no desempenho financeiro a longo prazo.

Por outro lado, a maior evidenciação de passivos contingentes, incluindo os ambientais, pode aumentar o endividamento das empresas e afetar sua capacidade de investir em projetos de sustentabilidade e inovação. Além disso, a falta de padrões claros e uniformes para a divulgação de informações ambientais pode dificultar a comparação entre empresas e a avaliação do desempenho ambiental do setor como um todo. Em resumo, os resultados apresentados no artigo destacam a importância da transparência e da qualidade da divulgação de informações ambientais pelas empresas, mas também apontam para a necessidade de um maior alinhamento entre as práticas contábeis e as demandas da sociedade em relação à sustentabilidade e à responsabilidade social corporativa.

Os resultados encontrados contrariam a expectativa de aumento dos indicadores de endividamento no período posterior a adoção do CPC 25, portanto, é possível inferir que as empresas de alto impacto ambiental estudadas não apresentaram um aumento significativo nos indicadores de endividamento após a adoção do CPC 25, apesar da maior divulgação de informações sobre provisões contingentes ambientais.

No estudo de aplicação do CPC 25: uma análise nas empresas de capital aberto na B3 (SILVA, 2018), foram analisadas as empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

listadas na bolsa de valores brasileira, no período de 2013 a 2017 com o intuito de identificar a adoção dos critérios do CPC 25.

De acordo com a análise geral da aplicação das exigências do CPC 25 nas empresas de capital aberto do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis na B3, todas as companhias analisadas apresentam em seus balanços ou em suas respectivas notas explicativas informações acerca das provisões. A análise das empresas por meio dos dados coletados como auxílio do checklist, permitiu constatar que as empresas do setor Petróleo, Gás e Biocombustível atendem os requisitos de reconhecimento e mensuração das provisões, conforme exigência do pronunciamento. No quesito que trata de divulgação, não foi observado uniformidade entre as empresas do setor, nem total aderência ao requerido pelo pronunciamento.

Segundo Silva (2018), estudos realizados anteriormente em empresas de outros segmentos de atuação haviam constatado que as empresas estavam adotando o cumprimento da norma, embora as façam de maneira incompleta e algumas empresas usavam o termo de provisões inadequadamente. Embora o estudo aponte que todas as empresas cumprem as exigências do pronunciamento, vale destacar que o nível de divulgação em notas explicativas difere entre elas, apontando uma necessidade de melhorar o nível de detalhamentos das notas explicativas das mesmas.

O trabalho de Fraga (2016) abordou a aplicação do CPC 25 nas empresas do segmento de siderurgia listadas na BM&FBOVESPA e tem como premissa que o CPC 25 pode auxiliar as empresas de siderurgia na gestão de suas provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, fornecendo orientações e critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação desses itens nas demonstrações contábeis.

O estudo verificou que as empresas de siderurgia listadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, no ano de 2015, estão aplicando as exigências estabelecidas pelo CPC 25. Além disso, o texto menciona que todas as empresas cumpriram as exigências do CPC 25, mas o nível de divulgação em notas explicativas diferenciou-se para cada empresa. No entanto, o CPC não definiu um grau de detalhamento da informação, assim foi aplicado o mesmo conceito às quatro empresas, independente do conteúdo informacional da nota explicativa.

Portanto, esse trabalho se difere dos outros ao buscar verificar como os clubes de futebol brasileiro têm evidenciado seus itens sobre provisões e observar se essa mensuração vem evoluindo com o tempo. Além disso, buscar se é possível correlacionar variáveis dos clubes

como desempenho esportivo, nível de endividamento e tamanho do clube com o nível de mensuração.

3. METODOLOGIA

Os dados necessários para a análise foram coletados nas Demonstrações Financeiras encontradas nos sítios eletrônicos dos clubes. Como critério para escolha dos clubes, foram selecionados por conveniência os 23 primeiros clubes listados no Ranking Nacional da CBF em 2023, que leva em conta o desempenho dos clubes nacionais nos últimos cinco anos, dando maior peso para os anos mais recentes. Ou seja, são os clubes que tendem a ter melhores informações divulgadas por apresentarem maior relevância no cenário do futebol nacional. Os clubes escolhidos foram listados no seguinte quadro:

Quadro 2: Clubes de futebol presentes no estudo

América-MG	Coritiba	Internacional
Athletico	Cruzeiro	Juventude
Atlético-GO	Cuiabá	Palmeiras
Atlético-MG	Flamengo	Redbull Bragantino
Bahia	Fluminense	Santos
Botafogo	Fortaleza	São Paulo
Ceará	Goiás	Vasco
Corinthians	Grêmio	

Para nortear a pesquisa, elaborou-se o seguinte checklist, que elenca os principais itens a serem analisados. Utilizou-se como base para a elaboração do checklist as exigências impostas pelo CPC 25 em consonância com a ITG 2003 (R1) quanto ao reconhecimento, mensuração e divulgação para provisões e passivos contingentes, permitindo observar como os clubes adotam essas recomendações.

Quadro 3: Checklist

CHECKLIST
Provisões
A empresa divulga:
O valor contábil no início e no fim do período
Provisões adicionais feitas no período
Valores utilizados (incorridos ou baixados)
A empresa divulga:
Uma breve descrição da provisão
Incerteza sobre o cronograma das saídas
Passivo Contingente
A empresa divulga:
Uma breve descrição da natureza do passivo contingente
A empresa divulga o valor dos passivos contingentes?

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Para calcular o índice de divulgação foi atribuído 1 (um) quando a informação exigida estiver presente na Nota Explicativa e 0 (zero) quando não estiver presente. O passo seguinte foi calcular a razão entre o total dos itens divulgados que receberam 1 (um) pelo total que deveria ser divulgado, encontrando, desta forma, um valor percentual correspondente a variável de Índice de Qualidade que pode variar de 0 a 1,0. Quanto maior o valor do índice, melhor o nível de divulgação do clube, segundo os critérios utilizados no checklist, baseado nas exigências do CPC 25.

A relação da intensidade e da significância das variáveis independentes sobre o nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes, estabelecido pelo índice de Qualidade (variável dependente), foi calculada em 2 anos (2021, 2022). A variável dependente representa o índice de divulgação de cada clube. Essa variável é censurada à direita (valores iguais a 1,0) e à esquerda (valores iguais a 0,0), o que justifica a utilização do modelo Tobit,

que é uma técnica estatística utilizada quando os dados de interesse estão censurados, ou seja, quando há limites inferiores e/ou superiores que restringem a observação completa de uma variável contínua. O modelo utilizado foi:

$$QUALIDADE = \beta_0 + \beta_1 TAM + \beta_2 ROA + \beta_3 DESEMP + \beta_4 ENDIV + \beta_5 PROV + \beta_6 PCONT + \varepsilon$$

As variáveis independentes presentes no modelo e sua definição operacional estão descritos no Quadro 4.

Quadro 4: Operacionalização das variáveis independentes

Variável	Sigla	Definição
Tamanho	TAM_AT	Logaritmo natural do Ativo Total
	TAM_REC	Logaritmo natural da Receita
Rentabilidade	ROA	Lucro líquido dividido pelo Ativo Total
Desempenho	DESEMP1	Colocação no Campeonato Brasileiro
	DESEMP2	1 se o clube está na série A e 0 nos demais casos
Endividamento	ENDIV	Passivo Circulante + Passivo não Circulante dividido pelo Ativo Total
Provisão	PROV	Provisão dividido pelo Ativo Total
Passivo Contingente	PCONT	Passivo Contingente dividido pelo Ativo Total

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Neste estudo, optou-se por utilizar duas formas de mensuração distintas para as variáveis “tamanho” e “desempenho”, sendo que elas são alternadas no modelo utilizado. Serão realizadas 2 regressões, uma para o ano de 2021 e uma para o ano de 2022.

Para as análises estatísticas, foi utilizado o software Stata 15. Além disso, o nível de significância adotado no estudo foi o de 5%.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Tabela 1: Resultado dos testes do modelo de regressão para o ano de 2022.

VARIÁVEIS	(1) Modelo	(2) Modelo	(3) Modelo	(4) Modelo
TAM_AT	-0.102 (0.135)		0.0641 (0.130)	
ROA	-1.096** (0.514)	-1.162* (0.551)	-0.934 (0.547)	-1.272** (0.563)
DESEMP1	-0.0536** (0.0243)	-0.0269 (0.0278)		
ENDIV	-0.174 (0.453)	-0.705 (0.692)	-0.0135 (0.510)	-0.827 (0.684)
PROV	8.275* (4.491)	11.21* (5.936)	5.520 (4.491)	11.96* (6.111)
PCONT	1.263 (1.175)	0.434 (1.076)	1.615 (1.374)	0.583 (1.152)
TAM_REC		0.348 (0.391)		0.553* (0.313)
DESEMP2			0.437 (0.391)	0.256 (0.364)
Constante	2.590 (1.829)	-2.926 (4.711)	-0.613 (1.648)	-5.938 (3.486)
Observações	23	23	23	23

Fonte: Elaborada pelos autores (2023). Nota: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Ao observar esses resultados no ano de 2022 é possível notar que apenas as variáveis ROA e DESEMP1 mostraram-se estatisticamente relevantes ao nível de significância de 5%.

A variável ROA, que representa a razão do resultado sobre o ativo total, mostrou-se relevante em dois dos quatro modelos em que apareceu. Além disso, possui coeficiente negativo, ou seja, quanto menor o valor do indicador, maior a qualidade de sua divulgação.

Já a variável DESEMP1, na qual o desempenho esportivo é classificado pela colocação no campeonato brasileiro, atribui-se o menor valor (1) ao clube melhor colocado. Mostrou-se relevante no modelo em que a variável Tamanho está representada pelo Ln do Ativo Total. Além disso, com coeficiente negativo, indicando que quanto menor o valor da variável desempenho, ou seja, quão melhor colocado ficou o clube, maior a qualidade da divulgação.

Tabela 2: Resultado dos testes do modelo de regressão para o ano de 2021.

VARIÁVEIS	(1) Modelo	(2) Modelo	(3) Modelo	(4) Modelo
TAM_AT	0.0676 (0.0887)		0.107 (0.0818)	
ROA	0.211 (0.679)	0.388 (0.668)	0.344 (0.722)	0.491 (0.709)
DESEMP1	-0.0326 (0.0346)	-0.0235 (0.0348)		
ENDIV	-1.244** (0.513)	-1.381** (0.519)	-1.145** (0.489)	-1.336** (0.517)
PROV	7.361* (3.554)	8.034** (3.461)	6.658* (3.205)	7.499** (3.348)
PCONT	5.684** (2.599)	5.676** (2.521)	5.144** (2.316)	5.189** (2.342)
TAM_REC		0.258 (0.193)		0.307 (0.183)
DESEMP2			0.617 (0.755)	0.332 (0.764)
Constante	0.871 (1.329)	-1.429 (2.438)	-0.589 (1.328)	-2.582 (2.181)
Observações	23	23	23	23
R ² ajustado	0,4682	0,4999	0,4609	0,4932

Fonte: Elaborada pelos autores (2023). Nota: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Ao observar esses resultados no ano de 2021 é possível notar que as variáveis ENDIV e PCONT mostraram-se estatisticamente significantes em todos os cenários apresentados. A variável que representa o passivo contingente sobre o ativo total possui o coeficiente positivo. Isso quer dizer que quanto maior o valor do passivo contingente, maior a qualidade de sua divulgação.

Já a variável que representa o endividamento possui coeficiente negativo. Isso significa que quanto menor for o endividamento do clube (representado pela divisão do passivo circulante + passivo não circulante pelo ativo total), melhor ele faz a divulgação dos itens do CPC 25. O que pode explicar a hipótese na qual clubes que mensuram e divulgam prováveis e possíveis saídas de recursos, estejam mais bem preparados caso elas ocorram.

A variável PROV também se mostrou estatisticamente significativa e com sinal positivo, porém somente nos modelos em que a variável TAM era representada pelo Ln da Receita. Nos modelos restantes ela não se mostrou estatisticamente significativa ao nível de significância de 5%. Isso quer dizer que quanto mais os clubes demonstram suas provisões para contingência, maior a qualidade de sua divulgação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi verificar como os clubes de futebol brasileiro têm evidenciado seus itens sobre provisões e passivos contingentes nos anos de 2021 e 2022 à luz do CPC 25 e ITG 2003 (R1). Para isso, coletaram-se dados dos relatórios financeiros e não financeiros das entidades, sendo aplicado um checklist baseado nas exigências da norma. Além disso, buscar se é possível correlacionar variáveis dos clubes como desempenho esportivo, nível de endividamento, entre outros, com o nível de mensuração.

Com os resultados encontrados, observou-se que a maioria dos clubes analisados apresentam em seus balanços ou em suas respectivas notas explicativas informações acerca das provisões. A análise dos clubes por meio dos dados coletados com o auxílio do checklist permitiu constatar que os clubes, em sua maioria, atendem os requisitos de reconhecimento e mensuração das provisões, conforme exigência do pronunciamento. No quesito que trata de divulgação não foi observado uniformidade entre clubes, nem total aderência ao requerido pelo pronunciamento. Além do fato das informações divulgadas nas notas explicativas não possuírem um padrão, dificultando a comparabilidade entre eles.

O estudo teve algumas limitações, como a adoção da SAF do Vasco de um ano para outro da pesquisa, inflando alguns dados do clube, e ausência de informações em alguns clubes, uma vez que não foi possível encontrar as notas explicativas nas demonstrações financeiras do Redbull Bragantino, devido a política de não divulgação por opção estratégica do clube. Além disso, não foi possível realizar uma pesquisa mais extensa com um número maior de clubes, pela dificuldade em encontrar os Demonstrativos Financeiros dos clubes menores.

Com a análise do resultado da regressão apresentada, observou-se uma relação interessante entre a qualidade de divulgação das informações do CPC 25 e o grau de endividamento dos clubes. Na qual quanto menor o grau de endividamento melhor é a divulgação. Como possível estudo futuro, sugere-se verificar se a recíproca também é verdadeira, onde, em um modelo de regressão, buscar explicar as possíveis causas do

endividamento dos clubes e se a falta da divulgação de provisões e passivos contingentes possa ser uma delas.

Sugere-se para pesquisas futuras, um estudo com abrangência de um período maior de anos, onde se possa verificar se houve uma evolução significativa na qualidade da divulgação de provisões e passivos contingentes. Além disso, buscar correlacionar se clubes-empresas que estão surgindo, evidenciam melhor ou pior que as associações esportivas.

REFERÊNCIAS

Brasil. (1998). Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998 que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Recuperada em 19 de outubro, 2022, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 25: Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. 2009.

Fraga, T. R., & Carraro, W. B. W. H. Aplicação do CPC 25: uma análise nas empresas do segmento de siderurgia listadas na BM&FBOVESPA. 1º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE DA UFRGS. 2016.

LAURENCE, Felipe. Os 26 times do Brasileirão que mais faturaram em 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2022/06/14/receita-dos-times-de-futebol-avanca-1percent-em-tres-anos.ghtml> Acesso em: 07 out. 2022.

LUCENA, N. M. W.; CORREIA, J. J. A. Evidenciação de provisões e passivos contingentes nos clubes esportivos brasileiros: análise à luz do CPC 25 e ITG 2003 (R1). **Revista Gestão e Organizações** ISSN 2526-2289 v. 04, n. 01, Jan/Jun. 2019

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. ITG 2003 – ENTIDADE DESPORTIVA PROFISSIONAL. Recuperada em 08 de maio, 2023 de https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/ITG_2003_audiencia.pdf

RANKING DA CBF 2023. Disponível em: <https://www.rankingcbf.com/ranking-2023> Acesso em: 24 abr. 2023.

SILVA, A. C. S.; SANTOS, A. A. P.; SANTOS, D. C. Provisões Contingentes Ambientais e seus Reflexos no Endividamento das Empresas de Alto Impacto Ambiental Após Adoção do CPC 25. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 6-22, jan./abr. 2016.

SILVA, W. A. T.; OLIVEIRA, K. C. Aplicação do CPC 25: uma análise nas empresas de capital aberto na B3. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, RN, 2018.

SOUZA, L. E. F. Evidenciação de informações sobre provisões e passivos contingentes em clubes de futebol brasileiros em relação ao exigido pelo CPC 25. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2019.